



PMT/SMAAJ/DL/FTJ/029/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADO: ANDRÉ ALONSO RIBEIRO

DISPENSA N.º 014/2017

PROCESSO N.º 024/2017

VALOR: R\$ 4.400,00

“TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA COORDENAÇÃO DE CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE, CONFORME CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TARUMÃ E O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA FÍSICA ANDRÉ ALONSO RIBEIRO, NA FORMA ABAIXO”:

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, entidade de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob nº 64.614.449/0001-22, com sede à Rua Aroeira, n.º482 – Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, doravante apenas simplesmente chamada de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a pessoa física **ANDRÉ ALONSO RIBEIRO**, brasileiro, casado, tecnólogo em mecânica, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 29.903.391-0, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 275.671.108-06, residente e domiciliada a Rua Emilio Rodrigues Alonso, n.º 075, na cidade de Candido Mota, Estado de São Paulo, doravante apenas simplesmente chamada de **CONTRATADA**, celebram o presente em observância à Dispensa nº. 014/2017, ratificada em 15 de fevereiro de 2017, com fulcro no artigo 24, VIII, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como nos termos da proposta e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **contratação de profissional para coordenação de curso técnico em contabilidade, conforme convênio de cooperação técnico-educacional**, celebrado entre o município de Tarumã e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

CLÁUSULA SEGUNDA DO REGIME DE EXECUÇÃO

2. A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, em regime de prestação de serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO



3. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)**, que será pago em 11 (onze) parcelas mensais, no valor de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)**.

3.1. Entende-se por pagamento "A Vista" aquele efetuado no 10º dia útil do mês subsequente ao fechamento mensal, desde que o recibo/nota fiscal seja entregue junto ao Almoxarifado Central no 1º dia útil do mês, que será devidamente conferida e assinada pela secretaria responsável, sendo, posteriormente encaminhada ao Departamento de Contabilidade para efetivação do mesmo.

3.2. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária, sendo os pagamentos efetuados nas modalidades de Ordem de Pagamento Bancária ou Duplicata em Carteira.

3.3. Somente serão efetuados pagamentos aos contratados que não possuam dívida de qualquer espécie e/ou natureza junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos emitida pelo citado órgão.

CLÁUSULA QUARTA AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

4. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas neste termo contratual, até o limite permitido pela legislação vigente (25%) serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

5. Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. As despesas decorrentes com a realização deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.15.01 – 04.122.0001.2001 – 3.3.90.36 – 760 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
R\$ 4.400,00

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

7. O presente Instrumento de Contrato terá vigência de **15 de fevereiro de 2017** até **31 de dezembro de 2017**, podendo ser renovado por outros períodos iguais e sucessivos até o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:



- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Edital;
- c) Fornecer o material necessário à realização dos serviços.
- d) Cumprir com o estabelecido no Convênio de Cooperação Técnico-Educacional.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

9.1. A contratada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no desenvolvimento de sua função.

9.2. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias.

9.3. Comparecer sempre que solicitada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

9.4. É de responsabilidade da contratada arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da realização dos serviços.

9.5. Cumprir com o estabelecido no Convênio de Cooperação Técnico-Educacional.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

10. Caso se verifique o descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas neste Termo de Contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado à ordem de 0,090%, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO



11. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

11.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste convite, desde que haja conveniência para a Administração Municipal; ou,
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
- d) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA FORO COMPETENTE

12. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento serão regidas pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as duas (2) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, 15 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

ANDRÉ ALONSO RIBEIRO
CPF n.º 275.671.108-06
Contratado

Testemunhas:

1. _____
Sandra Regina de Almeida Moura
RG nº 25.497.743-1 SSP/SP

2. _____
Louise Caroline G. C. Prado
RG nº 1.523.129 – SSP/MS



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADO: ANDRE ALONSO RIBEIRO

CONTRATO Nº 029/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA COORDENAÇÃO DE CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE, CONFORME CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Tarumã, 15 de fevereiro 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

OSCAR GOZZI

**Prefeito Municipal
Contratante**

ANDRÉ ALONSO RIBEIRO

CPF n.º 275.671.108-06

Contratado